

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION AND OFFERING COURSES IN DISTANCE EDUCATION MODALITY

RESUMO: Esta investigação objetivou identificar as Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem curso de formação em Educação Física (graduação em licenciatura e bacharelado) no âmbito da Educação a Distância (EaD). Para tal finalidade, como metodologia realizou-se um levantamento do número de cursos superiores de Educação Física via internet por meio dos sites e-MEC, Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Capes e Google acerca dos cursos oferecidos na modalidade de ensino a distância. A partir dos resultados aliado a pesquisa documental, buscou-se realizar uma reflexão acerca da legislação que rege a EaD no Brasil e a Educação Física. Constatou-se que em 2012 havia 16 cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) em Educação Física à distância, distribuídos em 157 polos (municípios) e em 2015 identificou-se 20 cursos e 895 polos. Estes fatores indicam que a EaD é uma realidade e que se expandiu, na última década, na oferta de cursos de Educação Física no País.

Palavras-chave: Educação a Distância. Educação Física. Formação.

ABSTRACT: This research aimed to identify the Institutions of Higher Education (HEI) that offer training courses in Physical Education (undergraduate and baccalaureate) in the scope of Distance Education (EaD). To this end, as a methodology, a survey of the number of physical education higher education courses was conducted through the e-MEC, Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Capes and Google websites about the courses offered in the distance learning mode. From the results allied to documentary research, we sought to reflect on the legislation that governs EaD in Brazil and Physical Education. It was verified that in 2012 there were 16 undergraduate and baccalaureate degrees in Physical Education at a distance, distributed in 157 poles (municipalities) and in 2015 it was identified 20 courses and 895 poles. These factors indicate that EaD is a reality and has expanded in the last decade in the offer of physical education courses in the country.

Keywords: Distance Education. Physical Education. Training.

Evandro Antonio Corrêa¹

1- Doutorando em Ciências da Motricidade
– Unesp Rio Claro.

E-mail: prof.evandrocorrea@gmail.com

Recebido em: 26/09/2016

Revisado em: 20/12/2016

Aceito em: 07/02/2017

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas percebe-se o avanço das tecnologias e sua contribuição no processo educacional, e a Educação a Distância (EaD) por sua vez mediada por diferentes meios de comunicação, principalmente, a internet, vem contribuir para a formação universitária no Brasil.

A fim de acompanhar o avanço das novas demandas e características sociais, culturais e econômicas no âmbito da Educação, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem cursos de graduação, extensão, especialização, entre outros, na modalidade à distância de forma parcial ou integral, caso esse que também acontece com a Educação Física, a qual não fica de fora do debate da EaD.

Com o crescimento da EaD em diversas ações educativas e, a partir da legislação e das iniciativas oferecidas algumas IES começam a utilizá-la mais intensivamente. Entretanto, cabe lembrar que a EaD é uma modalidade educativa que apresenta características próprias, sendo necessária a definição de uma política institucional que indique os caminhos de implementação.

Osório e Garcia¹ ponderam que a EaD é uma diretriz recomendada por organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que defende as novas tecnologias de informação e da comunicação como meios viáveis para enfrentar o desafio de aumentar a curto prazo o contingente de docentes necessários à expansão dos sistemas educacionais.

Dessa forma, na perspectiva educacional, esta investigação objetivou

identificar as IES que oferecem curso de formação em Educação Física (graduação em licenciatura e/ou bacharelado) no âmbito da EaD e compreender a legislação destes cursos (a distância) nas instituições públicas e privadas por meio da legislação vigente.

MÉTODOS

A presente pesquisa foi balizada na abordagem quanti-qualitativa classificada como um estudo descritivo analítico o qual utilizou como técnica de coleta de dados e a análise documental. A pesquisa qualitativa, segundo Triviños², o “pesquisador orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo”, combinando a pesquisa bibliográfica e de campo.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com o uso da técnica de “pesquisa documental”³ acerca da legislação que rege a Educação a Distância no Brasil e a Educação Física, e por fim a pesquisa de campo com levantamento via internet que oferecem cursos de graduação a distância em Educação Física no Brasil.

A análise documental consistiu em artigos, estatísticas, a legislação vigente, por exemplos, com o objetivo de descrever e analisar o fenômeno em questão, bem como comparar com dados da realidade. Conforme pontua Alves-Mazzotti e Gewandszajder³, qualquer registro escrito – estatísticas, a legislação vigente, por exemplos –, que possa ser usado como fonte de informação, os quais poderão dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo, com o objetivo de descrever e analisar o

fenômeno em questão, bem como comparar com dados da realidade.

Mediante as características da abordagem qualitativa e o levantamento quantitativo realizado referente aos cursos superiores de Educação Física no Brasil na modalidade a distância pretendeu-se obter uma visão mais holística do fenômeno investigado a partir de uma análise qualitativa de um conjunto de dados descritivos.

A coleta de dados do presente estudo consistiu na realização de um levantamento dos cursos superiores de Educação Física no Brasil na modalidade a distância em atividade, para isto, foram utilizadas as informações disponibilizadas site da Universidade Aberta do Brasil (UAB) Capes⁴ e a confirmação no banco de dados do e-MEC (sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil – site oficial do Ministério da Educação, com informações relativas às Instituições de Educação Superior e cursos de graduação)⁵. Neste ambiente eletrônico podem-se acompanhar os processos que regulam a educação superior no Brasil, e por meio de um sistema de busca de acesso livre, estão disponíveis informações sobre as instituições e cursos de ensino superior cadastrados no Ministério da Educação. Sendo assim, foi realizado a coleta de dados por meio da consulta do sistema de busca do e-MEC, em 2013, obtendo as informações referentes aos cursos superiores de Educação Física no Brasil e suas respectivas instituições de ensino.

Como critério de inclusão, foram considerados apenas os cursos superiores de Educação Física classificados no sistema do e-MEC como “em atividade” e foram desconsiderados os cursos superiores de

Educação Física classificados como “extinto” ou “sub-júdice” no período correspondente a coleta de dados. A partir deste filtro, foram obtidas as seguintes informações dos cursos selecionados: modalidade EaD; início do curso; carga horária, números de semestres para finalização do curso; número de vagas ofertadas; municípios atendidos com polos presenciais e de apoio; e, os Estados.

Após a coleta de dados do sistema do e-MEC foi realizado um processo de tratamento descritivo, o que consistiu em confeccionar uma tabela que forneceu informações a respeito da distribuição dos cursos de Educação Física no Brasil, expressos em números absolutos, onde foram consideradas informações referentes à instituição e a modalidade do curso. Além disso, por meio de figuras fornecidas pelo MEC/Inep, buscou-se expressar a evolução do número de matrículas de graduação por modalidade de ensino e do número de matrículas a distância públicas e privadas – Brasil – 2001-2010, e a distribuição do número de matrículas de graduação por grau acadêmico e modalidade de ensino – Brasil – 2010.

Dessa maneira, objetivou-se realizar uma triangulação de informações de diferentes fontes documentais, seguindo a proposta metodológica de Minayo e colaboradores⁶. Neste processo de análise, a abordagem qualitativa é composta de diferentes técnicas interpretativas para descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo e carregado de significados³.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A EAD

No que tange a análise documental, observou-se que o processo de formação em

Corrêa EA.

Educação Física emerge levando-se em consideração os apontamentos do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, na sua Resolução nº 7, de 31 de março de 2004, na qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena:

[...] Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada

§ 2º A Formação Específica

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física⁷.

Nesta perspectiva de formação, o profissional de Educação Física tem como características pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, levando-se em consideração as manifestações e expressões do movimento humano, a qual almeja a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável⁷.

De acordo com Corrêa⁸ o profissional deve acompanhar as transformações acadêmico-científica-profissionais da área, a fim de [...] analisar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção, atuação e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física, utilizando-se de recursos da tecnologia, da informação e da comunicação para melhor desempenho e na busca de resultados⁸.

Nesse sentido, o autor pondera ainda que de maneira geral, o que se exige em qualquer curso é que o profissional formado tenha a capacidade de realizar “uma leitura da realidade, diagnóstico, para nela intervir, adequando-se aos novos desafios e exigências da sociedade, sem ficar subjugado a um mercado de trabalho volátil”⁸. E “uma das formas de abordar o tema da formação profissional é através do posicionamento a respeito da finalidade dos cursos de graduação em relação ao papel que o graduado em Educação Física deve desempenhar na sociedade”⁹.

Contudo, torna-se relevante atentar para as mudanças rápidas, complexas e incertas, da sociedade e que estão em estado permanente de transformações. De acordo com Elias¹⁰ devemos romper com as concepções tradicionais e substituí-las por uma visão mais realista das pessoas que, por meio das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras de diferentes formas.

Neste processo de rompimento e de transformação, Benites, Souza Neto e Hunger¹¹ relatam que a Educação Física tardou para incorporar alguns parâmetros normativos,

porém houve um salto de qualidade, no final do século XX, ao organizar a sua área de estudos e formação profissional por eixos temáticos de conhecimento com a Resolução CFE 03/87, delimitando duas áreas acadêmico-profissionais: o Bacharelado e a Licenciatura.

Silva⁹ destaca o [...] desenvolvimento científico-tecnológico mundial, as novas necessidades mercadológicas, as Diretrizes Curriculares publicadas para os cursos de Licenciatura e ainda não oficializadas para os cursos de Bacharelado, a Avaliação das Condições de Ensino realizadas pelo MEC/INEP, vêm levando as instituições universitárias no Brasil a um processo de revisão de seus conteúdos, metodologias e, fundamentalmente, de sua política de atuação.

Ao observar essas características da formação em Educação Física e, segundo Del Pino, Grützmann e Palau¹², tendo como pano de fundo o intenso processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil e no mundo, novas propostas e metodologias de ensino ganham corpo e se efetivam. Os autores colocam que na esfera "federal, surgem programas que passam a ofertar regularmente cursos de educação a distância, introduzindo na pauta acadêmica uma prática e uma reflexão teórica até então muito tímidas"¹².

Verifica-se "o avanço tecnológico engendrando mudanças profundas nas bases das relações sociais, mudanças estas que atingem, ampla e inexoravelmente, a Educação"¹³. Para Moran¹⁴ "aos poucos se percebe que as atividades a distância são fundamentais para a aprendizagem atual, para atender a situações muito diferenciadas de uma sociedade cada vez mais complexa".

Assim sendo, conforme coloca Corrêa⁸ a legislação que ora está posta permite que as Instituições de Ensino Superior (IES), não se limitem a adaptar sua grade curricular, mas ofereçam a oportunidade de que amplas e essenciais mudanças sejam propostas. Resta saber, entretanto, quantas e quais delas aceitarão o desafio da promoção de um ensino mais significativo para os alunos e engajado com as necessidades mais urgentes e importantes das comunidades a que atendem⁹.

Quaranta¹⁵ coloca que desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, a EaD vai ser desenvolvida com uma sequência de ações a fim de atender a uma demanda específica existente de falta de professores, fator esse já observado anteriormente e com a finalidade de qualificar os docentes que atuavam/atuam na educação básica sem habilitação específica em nível superior. No entanto, [...] o desafio que se impõe para uma Educação de qualidade é garantir a construção qualificada dos conhecimentos. O que se torna imprescindível é a criação de ambientes e condições necessários e apropriados à modalidade em que a proposta educacional está sendo viabilizada, metodologias cuidadosamente escolhidas e testadas, para que essa interação seja possível e de qualidade¹³.

Barros¹⁶ menciona que é responsabilidade das faculdades preparar profissionais competentes que tenham uma sólida formação superior, com perfis que atendam às exigências do mercado de trabalho. Na Educação Física seja na licenciatura e bacharelado, "devem ser analisados e propostos com base nas

Corrêa EA.

necessidades e expectativas dos alunos e das características dos serviços a serem prestados à sociedade”¹⁶.

No contexto da Educação Física, com referência à formação presencial, percebe-se que há um vasto leque de estudos^{17,18,19,20,21,22,23}, no entanto, para a formação desta área em EaD as pesquisas ainda são insipientes, ou seja, nesta relação Educação Física e EaD são poucos os trabalhos, artigos e livros que abordam o assunto, até mesmo por conta do seu oferecimento recente nas IES.

Mesmo recente na Educação Física, a formação em EaD não é nenhuma novidade, contudo ganhou força com a internet e sua inserção pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, ou seja, um marco regulatório para os cursos a distância, incluindo as licenciaturas. Segundo Moran²⁴ “a Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância”.

Para o autor é difícil realizar uma avaliação abrangente e objetiva do Ensino Superior a distância no Brasil, tendo em vista que ele tem se expandido com muita rapidez nos últimos anos, parte das pesquisas focam em experiências isoladas e há uma contínua interaprendizagem, ou seja, cada instituição aprende com as outras e passa a imitar as propostas bem-sucedidas. Temos dificuldade em visualizar todas as variantes que estão acontecendo, pela quantidade de instituições envolvidas (ao redor de 70)²⁴.

Observado estes fatores a EaD foi tratada na forma de legislação ordinária como objeto formal na Lei nº 9.394/96 – LDBEN – no Artigo 80, no qual relata que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas.

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais²⁵.

A regulamentação do Artigo 80 se deu pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabelecendo que [...] a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre

com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos²⁶.

A EaD, de acordo com o Decreto, deve se organizar levando-se em consideração a metodologia, gestão e avaliação peculiares, sendo prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para as avaliações de estudantes; estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e por fim as atividades relacionadas a laboratórios de ensino. Fatores estes que podemos observar na formação do Profissional de Educação Física nos cursos presenciais.

O Decreto traz também a definição de oferta da EaD em diferentes níveis e modalidades educacionais, na qual faz parte a educação superior. Nesta definição abrange os seguintes cursos e programas: a) sequenciais; b) de graduação; c) de especialização; d) de mestrado; e, e) de doutorado.

Além das possibilidades das IES ofertarem cursos à distância, verifica-se na Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, tendo em vista a Lei nº 9.394/96 e o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, estas instituições podem introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial¹⁷.

A referida Portaria caracteriza a modalidade semipresencial como "quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de

recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota".

Está previsto na Portaria nº 4.059 que as IES podem ofertar as disciplinas de forma integral ou parcialmente, respeitando o limite máximo de 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Estes formatos de ensino podem fazer parte da formação inicial dos profissionais de Educação Física, entretanto surgem algumas questões, que não é intenção e não sejam respondidas por este estudo, como as IES estão se organizando para esta modalidade e, ainda, por ser uma área com carga horária destinada à prática de diversas atividades como as esportivas, lutas, ginásticas, lazer e recreação, anatomia, medidas e avaliações, jogos, entre outras, como estas são organizadas e distribuídas no currículo e seus encontros presenciais.

Nesse sentido, retomamos o objetivo do trabalho apresentando os resultados do levantamento realizado referente aos cursos de formação inicial em Educação Física no âmbito da EaD.

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL EM EAD

Os resultados, por hora, apresentados foram obtidos com o levantamento de dados tendo como ferramenta de busca o cadastro de Instituições de Educação Superior e Cursos cadastrados no e-MEC (site), no portal a Universidade Aberta do Brasil/Capes com intuito de levantar as IES que oferecem o curso de graduação em Educação Física na modalidade EaD conforme Quadro 1

Tabela 1 – Instituições e oferta de cursos de Educação Física em EaD

IES	Modalidade EaD		Início do Curso	Carga Horária	Nº semestres	Nº vagas	Municípios atendidos	Estados	N.O.**
	Lic*	Bac*							
1	x		08/2007	2805	8	460	10	AL; BA; GO; MG; PB; SP; TO; MT	
2	x		06/2006	3040/3285	8	n.c***	5	AM	x
3	x		n.c	3075	8	200	8	BA	
4	x		02/2009	2800	6	2000	35	AC; AL; BA; DF; ES; GO; MG; MS; MT; PR; RO; RR; RS; SP; TO	
		x	n.c	3200	8	900	32	AC; AL; BA; DF; ES; GO; MG; MS; MT; PR; RO; RR; RS; SP; TO	
5	x		01/2007	3035	8	100	1	RS	
6	x		11/2008	3165	10	754	14	ES	
7	x		03/2009	2872	8	315	14	GO	
	x		08/2011	2872	8	300	6	GO	
8	x		02/2010	3260	6	240	1	SP	
9	x		08/2009	3464/3294	8	150	14	PR	
10	x		n.c	2955	8	50	1	AP	
11	x		08/2007	2880	7	100	1	MG	
12	x		n.c	2800	8	n.c	1	BA	x
13	x		n.c	2835	8	n.c	4	MG	
14	x		n.c	n.c	8	n.c	10	RN	
15	x		n.c	n.c	8	n.c	n.c	AL	x
16	x		n.c	n.c	8	n.c	n.c	MG	x

* Lic/Bac = Licenciatura / Bacharelado; ** N.O. = Nenhuma Oferta Atualmente; n.c = nada consta

Os dados apresentados na tabela 1 mostram 16 IES que oferecem cursos de graduação em Educação Física na modalidade a distância, sendo 16 com formação em Licenciatura e 1 (um) em Bacharelado. Entretanto, observa-se que quatro IES não tem nenhuma oferta no segundo semestre de 2012 para abertura de novas turmas, ou seja, apenas

12 instituições ofertaram cursos em EaD neste ano.

Das 16 IES analisadas, seis são instituições federais, seis estaduais, duas particulares, uma fundação e uma distrital. Pode-se verificar que 14 IES são públicas, talvez estes números possam representar o desenvolvimento e o apoio da EaD nestas instituições pela UAB, a qual vem nos últimos anos corroborando com a modalidade

a distância, uma vez que um de seus eixos fundamentais é o estímulo à investigação em educação superior a distância no País.

De acordo com a tabela 1, a oferta do curso superior em Educação Física a distância data de 2006, e esta oferta veio se ampliando com o passar do tempo, seguindo a tendência

da última década conforme apresentado na figura 1.

Mesmo se tratando de dados gerais, apenas como ilustração, a figura 1 apresenta a expansão das matrículas considerando as modalidades de ensino: presencial e a distância, na primeira década do século XXI.

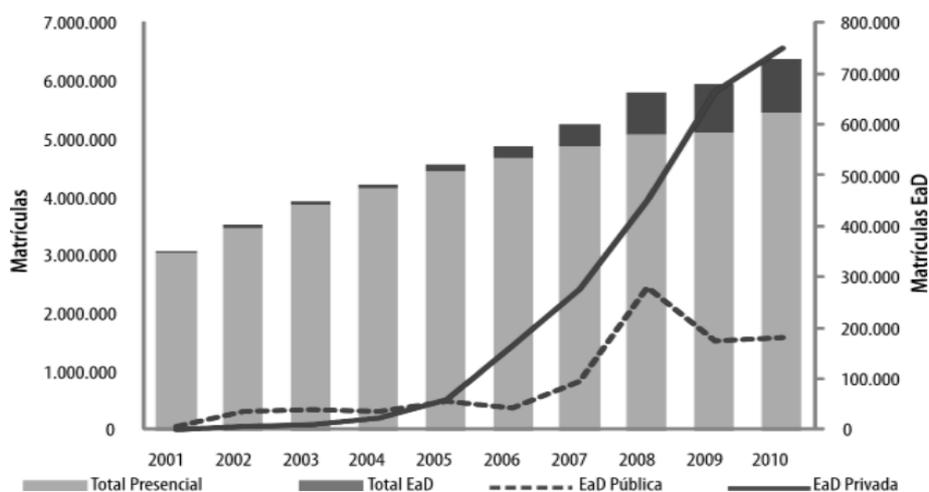


Figura 1 – Evolução do Número de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino e do Número de Matrículas a Distância Públicas e Privadas – Brasil – 2001-2010²⁷

Na figura 1, pode-se observar um significativo crescimento das matrículas à distância no período de 2005 a 2009, com ritmo ligeiramente inferior em 2010. Neste ano, 14,6% das matrículas correspondem à modalidade a distância (930.179 matrículas), das quais 80,5% são oferecidas pelo setor privado²⁷.

Na tabela 1, observa-se que o número de instituições e de vagas teve um crescimento considerável em relação às vagas ofertadas nos cursos à distância em Educação Física. Sendo que até 2006 não se encontrou registro de EaD em Educação Física e a partir deste ano as IES

que ofertam cursos nesta modalidade está em ascensão, chegando a 16 instituições em 2012.

Já a figura 2, mostra a distribuição do número de matrículas por grau acadêmico, observa-se que, em 2010, os cursos presenciais têm um total de 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 de grau tecnológico. No caso da EaD a soma é de 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 em cursos superiores de tecnologia²⁷.

No caso do levantamento de dados deste trabalho a diferença é ainda maior para a Educação Física licenciatura do que para o

Corrêa EA.

bacharelado, no qual 16 cursos para o primeiro caso e apenas um para o segundo, ou seja, na

média nacional há uma diferença entre os cursos de licenciatura e bacharelado.

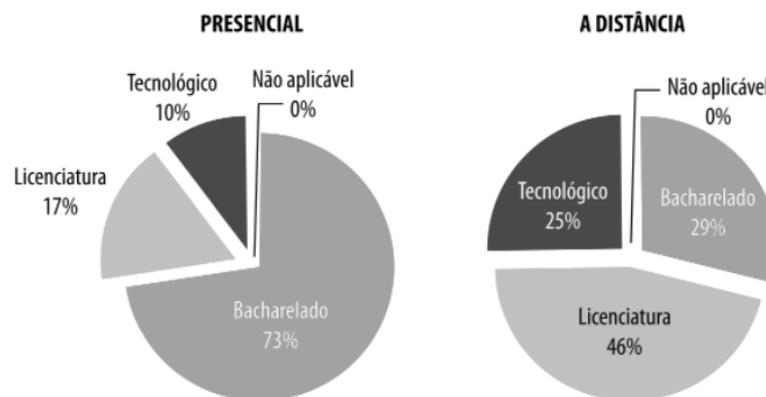


Figura 2 – Distribuição do Número de Matrículas de Graduação por Grau Acadêmico e Modalidade de Ensino – Brasil – 2010²⁷

Isso pode indicar a possibilidade de ampliação dos cursos de formação inicial em Educação Física bacharelado em EaD. De acordo com a tabela 1 o número total de vagas para a licenciatura seria de 4669 e para o bacharelado de 900 vagas. Entretanto, cabe destacar se estes cursos de Educação Física em EaD seriam ofertados de forma integral ou parcial, dados estes que não foram identificados na pesquisa.

De acordo com os dados da tabela 1, percebeu-se um número considerável de municípios com polos presenciais e de apoio para os referidos cursos, com um total de 157 municípios distribuídos em 19 estados (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Tocantins) e no Distrito Federal.

Entre os resultados da tabela 1 verificou-se a carga horária com uma variação de 2800 a 3464 horas, no que se refere a carga horária

atende o previsto na legislação, além do número mínimo de seis e máximo de dez semestres correspondentes a duração do curso. Observou-se também durante o levantamento dos dados que todas as IES que oferecem os cursos à distância possuem os cursos na modalidade presencial, de acordo com o cadastro do e-MEC.

Todavia, acredita-se que para a autorização e credenciamentos dos cursos de Educação Física licenciatura e bacharelado em EaD as IES observaram a legislação pertinente como: o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações e regulamentações; as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE); nas Resoluções n.º 01, 02, 07, 27 e 28/CNE e no Parecer n.º 09/CNE, que tratam da formação de professores para a educação básica; na Resolução n.º 07/CNE e no Parecer n.º 158/CNE, que tratam da formação profissional específica do curso de Educação Física; no Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, do Ministério

da Educação (MEC); Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes^{29,30,31,32}.

Dessa maneira, sugere-se a consulta dos Projetos Políticos Pedagógicos das IES, uma vez que estes documentos seriam uma das referências para a formação em EaD e fornecer informações sobre o curso de Educação Física. Estes documentos podem contribuir para o

entendimento e observação das diretrizes metodológicas e pedagógicas previstas pela UAB, apresentando as propostas conceituais e metodológicas do programa.

Apesar dos números apresentados em 2012 com 16 cursos e 157 polos, percebe-se um avanço significativo, principalmente, quanto ao número de polos em 2015 com 895, conforme tabela 2.

Região Geográfica	Cursos		Polos	
	f	%	f	%
Norte	2	10	9	1,01
Nordeste	3	15	22	2,46
Centro-Oeste	4	20	242	27,04
Sudeste	7 ¹	35	123 ²	13,74
Sul	4	20	499	55,75
Total	20	100,00	895	100,00

Tabela 2 – Número de polos e de cursos de Educação Física na modalidade ensino a distância de acordo com a região geográfica do Brasil³³

De acordo com os autores a região Sudeste apresentou um número maior de cursos, contudo a região com maior quantidade de polos de EaD é a Sul, com 499 polos, seguido da região Centro-Oeste a segunda em número de polos (242). Já as regiões Norte e Nordeste possuem o menor número de cursos ofertados (dois cursos no Norte e três no Nordeste), bem como um número reduzido de polos quando comparadas a outras regiões do país (nove polos no Norte e 22 no Nordeste), tendo em vista existirem 20 cursos e 895 polos de EaD em todo o país³³.

Devido ao crescimento exponencial da formação em Educação Física na modalidade EaD sugere a necessidade de mais estudos sobre o tema. Da mesma forma, "além da

expansão mercado de bens e serviços relacionados à prática de atividades físicas, outros fatores de ordem legislativa também contribuíram para este aumento significativo de cursos superiores no início do século XXI"³⁴. Consequentemente, este aumento se deva, também, as questões mercadológicas de ensino, com a abertura e aumento das IES que ofertam o curso na modalidade presencial³⁴.

De acordo com Corrêa, Silva, Pimenta e Drigo³⁴ nos "últimos 10 anos houve um aumento massivo ao acesso ao ensino superior no País e deve-se atentar para o encaminhamento de novas possibilidades estratégicas para a expansão e melhoria qualitativa para o ensino superior". Assim, cabe analisar a quantidade e a qualidade dos cursos de formação inicial em

Corrêa EA.

Educação Física no Brasil em EaD, uma vez que, ainda, há pouca produção e pesquisas nessa área, apesar de passado uma década da oferta dessa formação no Brasil.

Por fim, respeitada a legislação vigente, as características de cada IES e sua regionalização a oferta dos cursos de formação inicial em Educação Física licenciatura e/ou bacharel na modalidade à distância, seja parcial ou não, pode ser uma das possibilidades expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

CONCLUSÃO

Com a proposta de investigar a oferta de curso de formação inicial em Educação Física (graduação em licenciatura e/ou bacharelado) no âmbito da EaD e os elementos de legitimação destes cursos formação a distância nas instituições públicas e privadas, verificou-se uma oferta considerável entre as IES e a legalidade fomentada pela legislação atual.

Os resultados sobre identificação das IES que oferecem curso de formação em Educação Física (graduação em licenciatura e/ou bacharelado) no âmbito da EaD apresentam que as instituições, em sua maioria públicas (estaduais e federais), vem oferecendo estes cursos desde 2006. Neste quesito chama atenção para o número reduzido IES com cursos de graduação em Educação Física na modalidade EaD. No entanto, o número de polos em municípios e de estados mais o Distrito Federal são significativos, atingindo quase todo o território brasileiro, propiciando o acesso à formação inicial em Educação Física na modalidade a distância.

Com relação a legislação, observou-se que está apresenta um rol de Leis, Decretos e

Pareceres em que a IES deve seguir para oferecer um curso de graduação. No caso da EaD está pautada, principalmente, na LDB nº 9.394/96, em seu Artigo 80 e no Decreto nº 5.622/05, já para Educação Física nas Resoluções nº 01, 02 e 07 do CNE e Lei nº 11.788/88.

Contudo, para uma melhor compreensão da temática surge a necessidade de verificar os Projetos Políticos Pedagógicos das IES, para levantamento dos dados como, por exemplo, objetivos do curso, perfil do egresso, matriz curricular, avaliação, entre outros, além do formato e interconexão das aulas teóricas e práticas. Cabe lembrar que durante a pesquisa tentou-se o levantamento destes documentos, e a crítica que se faz aqui é pela não acessibilidade das referidas informações no site da maioria das instituições, os quais deveriam estar disponíveis para consulta pública.

REFERÊNCIAS

1. Osório MRV, Garcia MMA. Universidade Aberta do Brasil (UAB): (re) modelando o território da formação de professores. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, 2011; [38]: 119-149.
2. Triviños ANS. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1992.
3. Alves-Mazzotti AJ, Gewandsznajder F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
4. Universidade Aberta do Brasil/Capes (BR). UAB/CAPES. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12>. Acesso em: out/dez. 2012.
5. e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>.

6. Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. Avaliação por triangulação de métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
7. Brasil. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34). Brasília, 2004.
8. Corrêa EA. Formação do profissional de educação física no contexto das atividades físicas de aventura na natureza. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências: UNESP, Rio Claro, 2008.
9. Silva SAPS. Formação profissional em educação física e esporte no Brasil: propostas de mudança. Revista Digital - Buenos Aires, mar. 2003; ano 8, nº 58.
10. Elias N. Introdução a Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
11. Benites LC, Souza Neto S, Hunger D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. Educ. Pesqui. 2008; v.34, nº 2: 343-360.
12. Pino MABD, Grützmán TP, Palau RCN. A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. 2011; [38]: 235 - 257.
13. Lück EH. Educação a distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos. Educação, 2008 set. /dez.; v. 31, nº 3: 258-267.
14. Moran JM. Aperfeiçoando os modelos de EAD existentes na formação de professores. Educação. 2009; v. 32, nº 3: 286-290.
15. Quaranta AM. Formação de professores de educação física na modalidade de educação à distância: experiências docentes no estágio supervisionado. 207p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Florianópolis, 2011.
16. Barros JMC. Educação física na sociedade brasileira atual e a regulamentação da profissão. Motriz: Rev. Educ. Fis. 2000; v. 6, nº 2: 107-109.
17. Hunger D, Souza Neto S, Drigo AJ. A Educação Física e seus desafios: formação, intervenção e docência. Curitiba: CRV, 2011.
18. Hunger D, Rossi F. Formação acadêmica em Educação Física: perfis profissionais, objetivos e fluxos curriculares. Motriz: Rev. Educ. Fis. 2010; v. 16: 170-180.
19. Souza Neto S. Das "escolas de ofício" à academia: o projeto educação física e a questão da profissão, da formação profissional, das pesquisas no campo da formação. Motriz: Rev. Educ. Fis. 2005; vol. 11, n.1 (Supl.): S1-S5.
20. Souza Neto S, Alegre AD, Hunger D, Pereira JM. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. Rev. Bras. Ciênc. Esporte. 2004; v.25, n.2: 113-128.
21. Nascimento JV. Formação Profissional em Educação Física: contextos de desenvolvimento curricular. Montes Claros, Unimontes, 2002; v. 1: 237.
22. Oliveira AAB. Mercado de trabalho em educação física e a formação profissional: breves reflexões. Rev. Bras. Ci. e Mov. 2000; v.8, n. 4: 45-50.
23. Faria Junior AG. Perspectivas na formação profissional em Educação Física. In: Moreira WW. (Org.). Educação Física & esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992: 227-238.
24. Moran JM. Fundamentos, Políticas e Legislação em EaD. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.
25. Brasil. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
26. Brasil. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2005.
27. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

28. Brasil. Portaria Normativa 01/2007, de 10 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 11. jan. 2007.

29. Brasil. Portaria Normativa 02/2007, de 10 de janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2007.

30. Brasil. Conselho Federal de Educação. Resolução CNE/CES 07, de 31 de março de 2004.

31. Brasil. Portaria Normativa 40/2007, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2007.

32. Brasil. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDBEN (Lei n.º 9.394/96). Brasília, 1998.

33. Batista TJR, Leite JO, Falcão JLC, Flausino MS. Perfil atual da formação profissional em educação física no Brasil. In: Silva AM, Bedoya VM. Formação Profissional em Educação Física na América Latina: Encontros, Diversidades e Desafios. Jundiaí, Paco Editorial, 2015: 55-76.

34. Corrêa EA, Silva LH, Pimenta TFF, Drigo AJ. A constituição dos cursos de formação inicial em Educação Física no Brasil. Rev. Bras. Ci. e Mov 2016; 24(1): 27-42.